

O SURGIMENTO DA MÍDIA COMUNITÁRIA NA AUTOCONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA CONTADA A PARTIR DA COLABORAÇÃO E CO-TEORIZAÇÃO DE SEUS CONSTRUTORES(A) (1979-1983)

THE EMERGENCE OF COMMUNITY MEDIA IN THE SELF-
CONSTRUCTION OF JARDIM NOVA ESPERANÇA IN GOIÂNIA
COUNTED FROM THE COLLABORATION AND CO-THEORIZATION OF
ITS BUILDERS (1979-1983)

Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes

Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes é Licenciado e Mestre em História pelo PPGH-UFG. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História- PPGH da Universidade Federal de Goiás-UFG - Campus Goiânia.

RESUMO

A partir de uma série de entrevistas feitas com moradores(a) de uma ocupação urbana, tratadas como vestígios do passado, pretende-se com o presente artigo construir historicamente o surgimento da mídia comunitária na autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia-GO. Todavia, tal construção será vinculada a uma preocupação em problematizar um caminho metodológico que irá se afirmar basicamente com as noções de *colaboração*, *campo* e *co-teorização*, ideias problematizadas pela antropóloga Joanne Rappaport. Estas noções estão contidas em um projeto maior chamado de Epistemologias do Sul. Para além desta questão, busca-se evidenciar as nuances da vida cotidiana dos moradores(a) entrevistados referentes ao complexo movimento social construído pelos mesmos em relação ao processo autoconstrutivo de suas moradias.

PALAVRAS-CHAVE: *autoconstrução, ocupação urbana, mídia comunitária, epistemologias do sul*

ABSTRACT

Having a series of interviews with residents of an urban occupation as vestiges of the past, this article intends to historically build the emergence of community media in the self-construction of Jardim Nova Esperança in Goiânia-GO. However, this construction will be linked to a concern to problematize a methodological path that will be affirmed basically with the notions of collaboration, field and co-theorizing, ideas problematized by anthropologist Joanne Rappaport. These notions are contained in a larger project called Southern Epistemologies. In addition to this issue, we seek to highlight the nuances of the daily lives of the interviewed residents regarding the complex social movement they built in relation to the self-constructive process of their homes.

KEYWORDS: *self-construction, urban occupation, community media, southern epistemologies*

INTRODUÇÃO

No período de dois mil e dezessete (2017) a dois mil e dezenove (2019) foi realizada uma pesquisa de autoria própria que gerou uma dissertação de mestrado em história intitulada “Uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983)”¹. Nesta pesquisa, realizou-se uma série de reflexões em torno de um problema geral: a marginalidade e a invisibilidade do tema da autoconstrução em ocupações urbanas² na historiografia sobre a cidade Goiânia. De acordo com Maricato (1982), o conceito de autoconstrução está vinculado ao processo de construção da casa (própria ou não) por seus moradores, por moradores junto a seus parentes, vizinhos, amigos, e/ou por moradores que obtiveram a assistência de algum profissional da área da construção civil. A mesma autora, ainda sobre as características do processo autoconstrutivo, chama atenção que a importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes evidencia que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. Pois, é especialmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) (MARICATO, 1982, p. 72-73). Além do mais, problematizou-se nesta pesquisa uma reflexão em torno de uma história especializada na área da história urbana.

Em síntese, a principal referência nos estudos em história urbana que escolhemos se aproxima das pesquisas feitas na virada do século XX no Brasil, sobre, no geral, o debate que Adriana Mara Vaz e Luiz Sérgio Duarte da Silva identificam como da “modernização urbana”. Essa fase foi referenciada pela motivação de se montar um projeto de modernização nacional, mediante o desenvolvimento de infraestruturas urbanas e regionais e divulgação de ideologia progressista. É também um momento de construção de uma nova representação sobre a cidade e das

sociabilidades da vida urbana. Todavia, por conta das complexificações das funções urbanas, estes estudos também foram interpretados nos processos de exclusão e segregação. Em suas progressões, essa área problematizou a associação entre modernização urbana e habitação, chamando atenção para o problema da moradia das camadas mais vulneráveis em relação às ideias do pensamento urbanístico que, dentre outras coisas, estavam inseridas num projeto de urbanismo moderno. Outra área de interesse dessa linhagem de pesquisa diz respeito aos estudos de território e mercados de trabalho, que evidenciavam questões ligadas à territorialidade, história do lugar, apropriação e ao mercado informal de trabalho nas cidades. Outra referência que está presente nesse mesmo artigo e faz relação com os interesses desta dissertação, diz respeito ao papel do pressuposto da interdisciplinaridade para se estudar a cidade.

O pressuposto básico está em dimensionar o campo do urbanismo com perspectivas interdisciplinares, no intuito de analisar as cidades e construir narrativas sobre as mesmas. Nessa perspectiva metodológica se fazem presentes análises de discursos oficiais, administrativos, historiográficos e “ordinários”, como a literatura, relatos memorialísticos, diários, artigos de jornais, dentre outros, que versam sobre a cidade. A ideia é se munir de outros vestígios do passado para identificar outras possibilidades de problematizar o espaço, que não analise de forma unilateral somente seus aspectos físicos (Cf. SILVA; OLIVEIRA, 2008, p. 75-79). Outra questão importante deste artigo é a identificação, pelos autores, da história dos seminários de história da cidade e do urbanismo no Brasil, que têm seu início na década de 1990, tendo o programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA como pioneiro nesse debate.

A ausência de uma historiografia sobre autoconstruções e ocupações urbanas na cidade foi encoberta por uma escrita da história que evidenciou de forma unilateral seu planejamento urbano formal. Outro problema de caráter sintomático foi identificar a carência de pesquisas que enfatizem as pessoas comuns na cidade e/ou o homem e/ou a mulher simples na cidade. Isto é, eventualmente, na historiografia sobre a cidade de Goiânia é perceptível uma escassez de investigações que trabalhem métodos mais próximos das pessoas do dia a dia³, como a história social, história da vida privada, da vida cotidiana, micro-história, história oral, dentre outros variados métodos. Além do

1 Esta dissertação de mestrado em história foi defendida em 15/02/2019, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, PPGH, Campus Goiânia. Teve orientação do Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG), com arguição dos professores George Leonardo Seabra (UFT), Lucia Maria Moraes (PUC-GO), Edmar Aparecido de Barra e Lopes (UFG e UEG) e Jiani Fernando Langaro (UFG).

2 Ermínia Maricato pontua que a autoconstrução trata da produção do espaço e a ocupação nem sempre se refere à produção (Cf. *FIM de Semana*. Roteiro e Direção: Renato Tapajós. Pesquisa e orientação: Erminia Maricato. Produção: Elsa Lopez Kathuni, Erminia Maricato, Renato Tapajós e W. Racy. Interlab Lider Revela AIC. 1976 (30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso em: 01 nov. 2018).

3 Nessa perspectiva, ver a dissertação de mestrado *Memória e cidade: lembranças do bairro da vila nova-1930 ao presente*, de Sílvia Clímaco Mattos (2008) e a dissertação de mestrado de Fernando Vianna Costa (2008). Ver também a tese de doutorado *Notas sobre a formação de Goiânia: uma história da vida cotidiana nas primeiras décadas da capital goiana (1930-1955)* de Matheus Nascimento Germano (2019). Em termos audiovisuais, há o documentário *Renova a Esperança*. O documentário é uma iniciativa da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (Facomb/UFG) em parceria com a Escuela de Cine e Artes Audiovisuales de La Paz, Bolívia..

4 Sobre esta noção dentro da área da história urbana ver o artigo intitulado *A informalidade urbana em questão* de (Cf. GONÇALVES; BAUTÈS; MANEIRO, 2018, p. 09-26).

5 Sobre os detalhes da conceituação de mídia comunitária ver: PERUZZO, C. M. K. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. Anais do Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo Horizonte, p. 1-30, 2003.

mais, nas escolhas dos vestígios do passado (fontes históricas) existem poucas narrativas que chamem a atenção sobre essas pessoas comuns. Em razão destas inquietações, escolhi a autoconstrução do Jardim Nova Esperança. Esta autoconstrução não é exclusividade na história da cidade, uma vez que desde 1932, quando se começa a construção da cidade, tais fenômenos urbanos eram recorrentes. Desde a década de trinta podem se destacar alguns exemplos como: Botafogo, Vila Nova, Vila Operária e Macambira.

A historiografia sobre a cidade de Goiânia que versa sobre o planejamento urbano planejado, geralmente é conceituada como “cidade legalizada”, “cidade planejada” ou “cidade formal”. Todavia, teve-se a intenção nesta pesquisa de problematizar, o que de forma geral, poderíamos chamar de informalidade urbana.⁴ Nesta intenção, usou-se basicamente dois grandes grupos teóricos. Um deles, foi a referência da escola da espoliação urbana, liderada pelo sociólogo Lúcio Kowarick e seus alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, formados basicamente por Raquel Rolnik, Ermínia Maricato e Nabil Bonduki. A outra foi representada pela sociologia da vida cotidiana de Henri Lefebvre e José de Souza Martins. Sobre os vestígios históricos trabalhados, destacam-se basicamente três tipos de fontes primárias: a imprensa comunitária, e/ou mídia comunitária, imprensa local (grande imprensa) e/ou mídia local e entrevistas com moradores(a) pioneiros da autoconstrução.

Sobre este presente artigo o objetivo geral é pensar um caminho metodológico para o trabalho específico com as fontes de entrevista. Além do mais, tem a intenção de construir o surgimento da mídia comunitária⁵ na vida cotidiana desta autoconstrução. Estas entrevistas foram cedidas por alguns moradores(a) pioneiros. No procedimento com as entrevistas estarão vinculados uma mistura de articulações contextuais. Primeiro, uma questão importante é situar a autoconstrução do Jardim Nova Esperança dentro do campo interdisciplinar da história urbana. Em segundo lugar, é importante a reflexão sobre a noção de vida cotidiana, que procura valorizar as miudezas da vida de todo dia das variadas mulheres e homens que vivenciaram os acontecimentos desta autoconstrução. Esta questão será problematizada com o auxílio de José de Souza Martins e Henri Lefebvre. Por fim, pretende-se articular a perspectiva da interculturalidade crítica e da decolonialidade a este artigo. Ou seja, agir a partir destes pressupostos teórico-metodológicos significa trabalhar nosso tema como um processo de resistência, uma vez que buscamos novas sociabilidades, políticas, éticas, epistemologias, dentre outras coisas.

Esta resistência reiteradamente é posta a margem por métodos, teorias, recortes temáticos, fontes primárias escolhidas, dentre outras coisas. A principal motivação em resistir está associado a pensar diferentes possibilidades e alternativas em torno do problema da unilateralidade de abordagens epistêmicas ocidentais. Sobre esta questão o pressuposto é descolonizar as metodologias e/ou misturá-las, na intenção de problematizá-las. Dar mais atenção e valorização a outros saberes, principalmente em relação a narrativas de culturas que historicamente foram e continuam sendo subalternizadas. No geral propõe-se problematizar e refletir a fala dos personagens reais que viveram esta experiência da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. A intenção fundamental é valorizar de onde vieram, de que culturas são, quais hábitos possuem, o que pensam, dentre outras questões. De forma específica, este artigo irá enfatizar como ocorreu o surgimento da mídia comunitária dentro desta autoconstrução. Isto é, buscará construir uma história urbana da vida cotidiana de tal surgimento, evidenciando a todo momento o papel dos seus principais articuladores. Neste artigo estes personagens reais são representados por Maria de Jesus Rodrigues, Edmar Joaquim de Oliveira e Geralda Santa Bárbara.

O CAMINHO METODOLÓGICO

Antes da interpretação sobre as entrevistas com os pioneiros da autoconstrução, é intenção deste artigo contextualizar a problematização que irá ser guia de nosso caminho metodológico com as mesmas. Esta problematização se somará aos autores associados a história urbana (alguns, dentre milhares) e a sociologia da vida cotidiana (José de Souza Martins e Henri Lefebvre). Esta escolha diz respeito a uma metodologia contida no que Boaventura de Souza Santos chama de epistemologias do sul. Esta epistemologia, entendida neste artigo de maneira mais geral, tem a motivação de refletir e agir sob a perspectiva de outros lugares e com princípios históricos-filosóficos distintos. Esta afirmação é importante, pois trata-se de uma epistemologia que está interessada em chamar atenção para questões, assuntos, pessoas, culturas, dentre outras coisas, que eventualmente são postas à margem nas investigações científicas na área das ciências humanas.

A obra *Epistemologias do Sul* (2010), organizada por Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses é parte da justificativa interpretativa desta proposta. Em um artigo específico de Enrique

Dussel intitulado *Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico na Modernidade* é identificado uma interpretação histórica diferente da usual, em que o conceito de modernidade é historicamente posto temporalmente e territorialmente na América. Isto é, abandona-se como o autor denomina uma interpretação pejorativa acerca de um “Sul da Europa” e conseqüentemente da América Latina. Esta visão, problematiza o autor, foi construída epistemologicamente pelo Iluminismo do centro e do norte da Europa, desde a metade do século XVIII. Insiste que foi o Iluminismo que construiu um tipo de “fazer inconscientemente espalhado”. E que este modo de fazer construiu dentre outras coisas “três categorias que ocultaram a ‘exterioridade’ europeia: o orientalismo (descrito por Edward Said), o ocidentalismo eurocêntrico (fabricado, entre outros por Hegel) e a existência de um ‘Sul da Europa’” (DUSSEL, 2010, p.341, 342). De acordo com o mesmo o “Sul” foi em tempos passados

centro da história em volta do mediterrâneo (Grécia, Roma, os impérios de Espanha e Portugal, isto sem fazer referência ao mundo árabe do Magrebe, já desacreditado dois séculos antes), mas nessa altura já era um resíduo cultural, uma periferia cultural, porque para a Europa setentista que fazia a revolução Industrial, todo o mundo Mediterrâneo era um ‘mundo antigo’. Nas palavras de Pauw (1991), “*nos Pirinéus começa a África*”, e as Américas Ibéricas, como é evidente, colocavam-se como colônias dos já semiperiféricos Espanha e Portugal. Com isso, a América Latina simplesmente “desapareceu do mapa e da história” até hoje, inícios do século XXI. Tentar começar a reinstalá-la na geopolítica mundial e na história da filosofia é o objetivo deste pequeno trabalho, que será certamente criticado como ‘pretensioso’. (DUSSEL, 2010, p.341, 342).

Em síntese, é no contexto de resistência do lugar/tempo da história invisibilizada da América que ocorre a proposta de uma Epistemologia do Sul. Neste sentido, para ser possível “encarar a origem da modernidade com ‘novos olhos’ exige colocar-se fora da Europa germano-latina e vê-la como um observador externo (‘comprometido’, evidentemente, mas não como ‘ponto zero’ da observação)” (DUSSEL, 2010, p.343). Em *Lo Pedagógico e lo Decolonial Entretejiendo Caminhos* (2012) de Catherine Walsh é possível notar a importância da necessidade política de resistência e atuação não só do que o capitalismo produziu, mas sobretudo à civilização ocidental em relação às colonialidades. A autora cita no começo deste texto movimentos e comunidades (intelectuais ou não) de indígenas e afrodescendentes, principalmente nas regiões andinas, que passam por recorrentes momentos de avanços e retrocessos. Dentro de um quadro atual e de longa duração “*como luchas*

de descolonización, luchas que aún requieren el aprendizaje, desaprendizaje y reaprendizaje, la acción, creación e intervencion” (WALSH, 2012, p.24). Trata-se de enfatizar a necessidade de montar um projeto, uma teoria crítica que crie novas maneiras de apropriação dos sentidos, tendo como referência “o horizonte de(s)colonial”. Em outros termos propõe-se práticas teóricas e pedagógicas de ação, retomando às memórias de longa duração, onde o pedagógico e o decolonial misturam-se. Segundo Walsh, “*Desde luego, fue con la invasión colonial-imperial de estas tierras de Abya-Yala que fueron renombradas ‘América’ por los invasores como acto político, epistémico, colonial-que este enlace empezó tomar forma e sentido*” (WALSH, 2012, p.25). Tal projeto está associado a ideia de modernidade e do seu lado constitutivo mais escuro, isto é, a colonialidade,⁶ que tem sua origem ligada a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinyu e Anahuac, na formação das Américas, do Caribe e o grande tráfico de africanos escravizados (MIGNOLO, 2017, p. 2). Todavia, existe uma resistência a este projeto que está associada à matriz colonial de poder (MCP) ou *el patrón colonial de poder*. Esta força “é a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe” (MIGNOLO, 2017, p. 2).⁷ Numa contextualização básica, esta crítica está ancorada em uma tese, isto é, nas características específicas do discurso tal como ele foi construído:

A “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade- não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais (MIGNOLO, 2017, p.2).

Ou seja, este contexto gerou um pensamento e ações descoloniais que se originaram e se desdobraram a partir do século XVI. Este movimento surgiu em resposta ao direcionamento das imposições opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos planejados para os lugares não europeus (MIGNOLO, 2017, p.2). Walter D. Mignolo (2017, p.2) enfatiza que a consciência e o conceito de descolonização interpretado como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo se materializou nas conferências de Bandung

6
Sobre o conceito de colonialidade, Mignolo chama atenção que seu nascimento advém do sociólogo peruano Anibal Quijano, desde o final da década de 1980 até o início de 1990. Diz ter elaborado algo semelhante em seus escritos na publicação *histórias locais/projetos globais*, dentre outras publicações posteriores. Sobre esta questão, complementa “Desde então, a colonialidade foi concebida e explorada por mim como o lado mais escuro da modernidade. Quijano deu um novo sentido ao legado do termo *colonialismo*, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. (MIGNOLO, 2017, p.2). Mignolo faz questão de frisar que o conceito de colonialismo empregado por ele, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular, isto é, a ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade.

7
Mignolo argumenta que este projeto não pretende se tornar único. Diz ser uma opção particular dentro das opções descoloniais. (MIGNOLO, 2017, p.2).

8

Ver: RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista Colombiana de Antropología*, Volume 43, enero-diciembre de 2007.

9

Rappaport fez estas reflexões através de suas experiências colaborativas na Colômbia, na análise de políticas étnicas na região do Cauca desde 1991, no contexto de uma nova constituição política que redefiniu a Colômbia como nação pluriétnica e multicultural. Realizou estas pesquisas com uma equipe interétnica, com investigadores indígenas, antropólogos colombianos, e acadêmicos estadunidenses.

10

Na data de 10 de janeiro de 2018, uma entrevista foi realizada com alguns pioneiros do Jardim Nova Esperança na casa de Geralda, localizada no Bairro Vera Cruz, em Goiânia. Participaram na condição de entrevistados: Maria de Jesus Rodrigues, Geralda, Edmar.

e dos países não alinhados. Além do mais, este cenário, segundo mesmo autor faz parte de uma transformação de um mundo policêntrico e não capitalista, anterior a 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista, de 1500 a 2000.

Para além dos pressupostos e interesses epistemológicos mais gerais discutidos até o momento, o presente artigo tem a intenção de articular um caminho metodológico de cunho específico na interpretação das entrevistas (que obviamente está na mesma linha de pensamento do que chamamos de epistemologias do sul). Trata-se de uma reflexão contida no artigo *Más Allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración*, da antropóloga Joanne Rappaport.⁸ Uma delas diz respeito a uma maior valorização do *trabalho de campo*. Esta autora em um debate com James Clifford, autor do livro *Writing Culture* evidencia que o mesmo está contido numa nova geração de pesquisadores que se importam muito mais com os textos escritos de suas monografias etnográficas do que com suas experiências nas pesquisas de campo. A autora propõe pensar a antropologia em seu contexto global em lugar de reduzi-la a sua manifestação estadunidense. Nesse sentido, identifica que a monografia etnográfica é só um de vários produtos possíveis de investigação, e que a reconceitualização da escritura só resolve parcialmente o problema de como a antropologia representa seu objeto. Joanne destaca que compreendeu esta perspectiva na Colômbia. Ela identificou que na Colômbia a etnografia se pensa como uma atividade assumida em *campo*, e não necessariamente como uma forma de *escritura* (RAPPAPORT, 2007, p.198-201 – tradução nossa). Além do mais, na Colômbia a prática etnográfica ocorre a longo prazo. Tal diagnóstico desafia as distinções feitas nos EUA entre investigação pura e antropologia aplicada.

A proposta de Joanne está mais próxima do que ela chama das noções de *Antropologia Pública* ou *Ativista*. Segundo a autora as atividades feitas por estas novas propostas não são escritas, mas se desenvolvem através de oficinas e outras reuniões cujos conteúdos são capturados só imperfeitamente nos resumos armazenados nos arquivos das organizações. A mesma crê que os antropólogos Colombianos lutaram “contra os demônios de representar o outro”, pelo menos em relação aos indígenas, com antecedência aos antropólogos estadunidenses, uma vez que suas investigações ocorreram em *colaboração* com as organizações nativas. Ao mesmo tempo, construíram interpretações de suas representações antropológicas considerando, dentre outras

coisas, suas manifestações políticas. Rappaport⁹ acredita que a antropologia Colombiana também tem suas próprias crises, no entanto, crê que a “crise de representação” evidenciada pelos antropólogos estadunidenses, principalmente ao que tange a seus métodos de etnografias escritas faz parte muito mais de um processo de institucionalização de uma antropologia específica produzida nos Estados Unidos, do que uma suposta internacionalização deste método. Além do mais, acredita que a antropologia Colombiana e outras antropologias podem servir de crítica ao modelo estadunidense, pois estão mais preocupadas com a perspectiva de *campo* (e de redefinir o que é campo) do que com a interpretação da etnografia escrita (RAPPAPORT, 2007, p.198-201 – tradução nossa).

Ainda sobre este texto e sobre nosso interesse metodológico com as entrevistas tem-se a intenção de focar no que a autora chama de *colaboração*. Isto é, esta reflexão se fundamenta epistemologicamente em uma metodologia etnográfica em *colaboração*. Este objetivo extrapola a questão moral e ética necessária na construção de uma pesquisa. Pois, para além de tais questões, tem-se a intenção, sobretudo, de pensar qual o potencial da *colaboração* no enriquecimento do pensamento antropológico durante a pesquisa (RAPPAPORT, 2007, p.198-201 – tradução nossa). Além do mais, é fundamental construir neste artigo a possibilidade da *co-teorização* com os grupos que estudamos, proporcionando tanto a nossos interlocutores como a nós mesmos novas ferramentas conceituais para dar sentido as nossas realidades contemporâneas. Nas palavras da mesma autora:

Em outras palavras a colaboração converte o espaço de trabalho de campo entendido como de coleta de dados em conceitualização forçando-nos a transferir a ênfase colocada na etnografia como escritura para a reconceitualização do trabalho de campo (RAPPAPORT, 2007, p.201).

Em síntese, é dentro desta contextualização ligada a *colaboração* e a *co-teorização* que buscamos construir um caminho metodológico para algumas entrevistas que foram feitas com alguns pioneiros da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. São eles Maria de Jesus Rodrigues, Geralda Maria Santa Bárbara e Edmar Joaquim de Oliveira.¹⁰ A intenção geral é evidenciá-los na colaboração de suas vivências e sobretudo na co-teorização que os mesmos possam construir para uma maior compressão do recorte histórico estudado.

AS ENTREVISTAS, O CAMPO, A COLABORAÇÃO E A CO-TEORIZAÇÃO

Em entrevista com Maria de Jesus Rodrigues, a mesma começa rememorando o surgimento da criação dos jornais impressos dentro da experiência da ocupação:

[...] Acho que a gente pode dar uma relembadinha de como é que surgiu a ideia dos boletins, né, porque a gente não tinha uma organização, em fala, olha, “nós vamos por aqui” foi surgindo a medida, né, dos acontecimentos, foi surgindo dessa necessidade de...¹¹

É interessante notarmos no relato de Maria que, possivelmente pelo contexto temporal intenso que viveram durante os momentos iniciais da ocupação urbana, os pressupostos de criação, organização editorial, montagem, entre outras coisas, inerentes à produção de um jornal (principalmente institucionalizado), não foram recorrentes em suas experiências. Em seguida, Edmar¹² começa a falar: “É assim ó, eu porque assim, eu tenho algumas imagens, assim, na minha mente, dos boletins, porque primeiro eles eram boletins, que era de uma folha só, com informações, né...”. Geralda diz em seguida: “Você quer que eu busque os boletins?”. Edmar responde:

Quero, acho que vai ser bem interessante... Então, assim, é, pois é, em 79, a década de 79 para 80, foi um período de grande formação política, formação das lutas, os movimentos estavam muito organizados no Brasil inteiro, foram as grandes greves no ABC, a luta contra a ditadura, né, essas questões todas influenciou diretamente no jardim nova esperança quando ele surge, no princípio, quando ele vai aparecer né, como uma resistência da posse urbana não é, e consequentemente quando o movimento começa a se organizar, também se sentiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas, é a partir desse princípio é que surge a proposta de se criar uma forma de organizar as informações né, e de poder assim, essas informações é...

nortear um caminho de resistência com essa população que estava chegando no Jardim Nova Esperança.¹³

Percebe-se que Edmar associa a necessidade de construção da imprensa comunitária ao contexto maior de intensificação de movimentos sociais que atuaram na região do ABC paulista no final da década de 1970 no estado de São Paulo, movimento que gerou inúmeras greves, sobretudo ao que se refere ao Parque Industrial de São Bernardo do Campo (SP) em busca de melhores condições de trabalho. Motivou também as movimentações sobre as manifestações contra a carestia, dentre vários outros contextos que geraram, em grande medida, o surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980¹⁴. Ao mesmo tempo, associa esse contexto gerado no ABC paulista à experiência da posse urbana na cidade de Goiânia. Esta associação faz parte de outro contexto engendrado pelo forçado êxodo rural estrutural imposto aos habitantes dos lugares rurais, tanto no ABC quanto em Goiânia. Ademais, em sua fala fica evidente a necessidade de usar como exemplo pedagógico esse contexto maior que estava acontecendo no estado de São Paulo com o movimento que ele participava em Goiânia. Assim como o mesmo disse: “surgiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas”. Isto é, a ideia era pensar o geral para agir no específico e/ou agir a exemplo e aprendido do outro. Maria em um segundo momento da conversa faz suas considerações sobre o surgimento da comunicação comunitária:

É agora, eu já, isso aí eu já vejo assim, por exemplo, essa maturidade política, acho que ela veio na sequência, a primeira, a primeira coisa, que aconteceu com relação aos boletins foi a necessidade de manter a população, de manter os moradores informados né, a gente precisava de um meio da população estar informada de todos os acontecimentos. E aí, o que a gente fazia? Escrevia né no papel, rodava no mimeógrafo, tirava cópia e distribuía. Mas, a partir daí foi que veio essa etapa da gente sentir a necessidade da politização, né, mas a primeira mesmo foi a necessidade de manter a população informada, sem um compromisso político, inclusive, era mais por garantia mesmo da moradia.¹⁵

11 RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

12 Edmar é artista plástico, foi um dos pioneiros da ocupação e, dentre outras coisas, atuou bastante na parte gráfica e artística da construção dos Boletins.

13 RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

14 Sobre esse contexto, ver: MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2016. Obra que dá de forma densa a dimensão histórica e sociológica sobre este contexto. Para além desse livro, recomenda-se para uma maior compreensão do tema os documentários: *ABC da greve (1979-1990)* (Cf. *ABC da greve, 1979/90, São Paulo, SP*. Direção de Leon Hirszman. 1990. (75 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.), *Peões (PEÕES)*. Direção de Eduardo Coutinho. 2004. (85 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xl9mLhycm4Q>. Acesso em 05 de setembro de 2018.) e *Linha de montagem* (Cf. *Linha de Montagem*. Direção de Renato Tapajós. 1982. (98 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svh-lGcSDmU>. Acesso em: 05 de setembro de 2018).

15 RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

16 *O mimeógrafo foi usado provavelmente pela primeira vez em 1887, mas só se tornou popular apenas no século XX. Patentado por Thomas Edson foi uma das primeiras máquinas de impressão no mundo. Era uma forma prática e barata para impressões em pequenas tiragens, e foi muito utilizado nas escolas.*

17 RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

18 RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

De forma distinta a análise de Edmar, Maria interpreta que a necessidade de criação dos boletins veio primeiro e com mais intensidade para suprir as demandas de informação da movimentação da ocupação por moradia e só em um segundo momento houve ações de politização com a comunidade. A segunda parte de sua fala identifica questões importantes sobre a parte material de confecção dos boletins: “E aí, o que a gente fazia? Escrevia né... No papel, rodava no mimeógrafo,¹⁶ tirava cópia e distribuía”. Sobre essa questão é importante notarmos o caráter artesanal de produção, a escrita no papel e o uso de um mimeógrafo para execução da impressão. Em relação às estruturas técnicas de produção dos periódicos, Tania Regina de Luca em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, chama atenção que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e porquê”(LUCA, 2005, p. 132). Sobre as características técnicas de produção dos impressos, identifica-se o mimeógrafo, por exemplo, como instrumento comum no final dos anos 1970 para confecção de pequenos jornais, uma vez que ainda não havia máquinas diferenciadas de impressão e nem os serviços digitais, ancorados pela internet. Essa questão tem muito a ver com outra afirmação de Luca sobre o que ela chama de função social dos impressos. Em passagem de seu livro ela problematiza:

é óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos (LUCA, 2005, p. 132).

Ou seja, é fundamental notarmos as atuações de improviso dessas pessoas ao criarem essa comunicação, uma vez que para sua construção existiam vários empecilhos. Desde a escassez de materiais, até o possível acesso a um saber profissional mais especializado. É curioso perceber que, mesmo em um contexto dessa natureza, surgiu uma grande produção de jornais dentro da autoconstrução. Ainda sobre as características dos jornais, enquanto olhava os boletins sobre a mesa, Edmar relembra questões técnicas referentes à produção do jornal:

19 Stencil ou molde vazado é uma lâmina de acetato recortada perfeitamente a laser com diversos tipos de desenhos, escolhidos de acordo com a necessidade do tema em que se trabalha. Sua principal utilização é para aplicar uma imagem, que pode ser letras, números, símbolos, desenhos e tudo mais que desejar. Pode ser aplicado em diversas superfícies, curvas, planas, em madeira, tecido, papel, parede, velas e muitos outros lugares! Basta trabalhar com o stencil e tinta spray ou aplicar com um pincel ou esponja.

20 RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

Isso era letra 7, se comprava o alfabeto inteiro, no tamanho da letra que você queria e você ia colando um, por um (...)

Lucius: bem artesanal, hein?

Edmar: bem artesanal, processo todo artesanal.¹⁷

Em outro diálogo de Edmar e Geralda é possível verificar mais detalhes do processo de produção:

Geralda: Olha esse, Edmar, esse aqui... esse ficou bacana ó, mesmo sendo mimeografado, conseguimos pôr uma foto.

Edmar: Aqui é um stencil ó, isso aqui era furado ó, “casa de reunião”, isso aqui já foi uma outra técnica que eu usei, que foi pegando a régua furada e se ia riscando na régua ó, pra ficar essa letra grande.... Tá vendo.... Então nós separávamos, sentávamos, pra discutir as matérias pra fazer o boletim (...).¹⁸

Edmar era o principal articulador da produção artística do jornal. Seria o equivalente à função que corresponderia nos jornais de hoje à direção de arte. Em sua fala aparecem duas técnicas, um referente ao uso do stencil¹⁹ e outra com o uso de uma régua furada. A mesma tinha o intuito de criar uma letra grande para o jornal. Em outro momento da entrevista, pergunto a Edmar sobre a organização da produção dos jornais. Ele responde:

Então nós separávamos, sentávamos, pra discutir as matérias pra fazer o boletim.

Lucius: E não tinha uma comissão específica sobre os boletins? Às vezes rodava algumas pessoas?²⁰

E jocosamente e enfaticamente responde:

É, 1980, rapaz! Janeiro de 1980! Já tem essa qualidade, o boletim, tá vendo? Já é essa qualidade, do desenho [...]. Eu fazia todos os títulos, eu fazia tudo à mão.

Importante notarmos outra consciência temporal de Edmar em relação ao que os moradores(a) produziam. Ou seja, em sua fala é possível identificar uma preocupação em dar dimensão às particularidades do contexto de uma comunicação comunitária experienciada e construída em uma

ocupação urbana. Faz questão de enfatizar que as condições de produção de jornais na década de 1980 eram submetidas a ferramentas elementares e constituídas por um modelo artesanal. Essas reflexões sobre as técnicas, modos de produção e funções sociais de criação dos jornais fazem emergir aspectos interessantes sobre algumas perguntas de nossa investigação como, por exemplo: qual o tipo de sociabilidade existente na origem motivacional desses periódicos? Como era sua organização? Como as pessoas que estavam envolvidas no processo lidaram com essa produção? Como surgiu a ideia da escolha de alguns materiais para a produção do jornal? Como e quem produziu sua tipografia, ilustração, desenhos, dentre outras questões ligadas à imagem dos jornais? Edmar, depois de alguns segundos, conclui suas lembranças:

Era isso Maria, e a necessidade da gente, porque essa mente pensante, assim, esse grupo, que começou a pensar o movimento de resistência, é, também se pensava de ter a população do nosso lado, porque tinha os grupos dentro do Nova Esperança também que eram oposição e foram oposição né a vida toda né, ligado a direitona, ligado a ditadura militar, ligado a...

Maria: ao sistema político da época né?

Edmar: da época né, então também foi uma forma de trazer a população para o nosso lado, acho que aí que o boletim foi muito eficiente né?²¹

Novamente se reitera a percepção de criação dos boletins como processo de resistência desenvolvido por um grupo “pensante” que teria que criar uma narrativa de adesão a grupos que não pensavam e nem atuavam da mesma maneira do grupo vinculado a Edmar. A importância dos boletins aparece como possibilidade de conseguir mais adeptos para o tipo de pensamento e ações escolhidos. Tais pensamentos e ações agiam em resistência principalmente ao grupo da chamada “direitona”, que naturalizava as práticas e discursos do regime da ditadura civil militar do final dos anos 1970 em Goiânia e no país como um todo. Geralda também, no começo da roda de entrevistas, esboça sua percepção das origens da comunicação comunitária no Jardim Nova Esperança:

É... foi uma, um método assim, muito interessante que é a de socializar as informações. Então nós já tínhamos no Jardim Nova Esperança, é... uma população grande né, e nós precisávamos rápido, comunicar com todos os moradores. Então surgiu a ideia... tanto é que alguns boletins são meia página só... Então tem os comunicados e os boletins. Então foram duas etapas, os boletins faziam a abrangência maior das notícias, até notícias externas ao Jardim Nova Esperança

e os comunicados era coisa urgente. Então precisávamos reunir um grande número de pessoas para dar uma informação importantíssima, então o comunicado era esse papel que circulava com as notícias.²²

Percebe-se no depoimento de Geralda, assim como aparece no relato de Maria e Edmar, que a motivação para criar a comunicação impressa periódica era de urgente necessidade, uma vez que garantiria cada vez mais a comunicação com a população da ocupação urbana, de maneira mais eficiente e ágil. Novamente, outra informação técnica foi dada por Geralda, referente à materialidade e função dos impressos. Primeiramente, surgem os *Comunicados*, com formato de meia página, uma vez que era uma comunicação rápida. Com o andamento da entrevista, percebeu-se que havia também o contexto histórico cronológico do surgimento dos impressos, que vão surgir nos meses iniciais de 1979, ou seja, na origem da ocupação urbana. Os *Comunicados* aparecem nesse contexto como primeira materialização de comunicação dos ocupantes, de modo que tinham a função de informar de forma rápida. Só em um segundo momento aparecem os *boletins*. Os *boletins*, como relata Geralda, abrangeram maior quantidade de notícias, internas e externas à ocupação, pois o movimento dos ocupantes comunicava-se de forma mútua com outros movimentos sociais da época do estado de Goiás e até do mundo.

Mais à frente, durante o decorrer da entrevista, Edmar comenta em uma espécie de *insight*, no momento específico dessa fala de Geralda, sobre outra característica técnica dos comunicados: “Ah! E ele era numerado, era o comunicado 1,2,3... Ou seja, havia uma numeração das edições”. Dando continuidade ao seu relato, Geralda explica sobre a criação dos comunicados e boletins: “Então precisávamos reunir um grande número de pessoas para dar uma informação importantíssima, então o comunicado era esse papel que circulava com as notícias”. Nota-se com seu relato a grande necessidade de comunicação que viria de uma demanda formada por novos acontecimentos cotidianos que surgiriam a cada instante. E continua:

Aí o interessante, como então a gente fazia a comunicação se a população era tão grande? Aí o grupo só da diretoria da associação de moradores não daria conta. Nós tínhamos uma outra organização, que foi o fruto também assim, que foi modelo, que eram os representantes de quadra.

Sobre sua organização, Geralda detalha: “Então os representantes de quadras era sempre dois

21
RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

22
RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

23 Esta entrevista ocorreu meses depois, em outubro de 2018. Estava presente somente Maria de Jesus Rodrigues.

24 RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

25 RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

homens e duas mulheres, porque os homens saiam para trabalhar e as mulheres ficavam com a informação pra dar”. Sobre essa estratégia, nota-se uma criativa organização do movimento social para resolver o problema da falta de comunicação com os ocupantes. Ao mesmo tempo, tal ação buscou efetivar empiricamente a comunicação, usando o contexto que lhes era possível. Na escolha dos representantes de quadra, a estratégia de escolha das mulheres como representantes durante o dia, garantiu que as informações circulassem na ausência dos homens. Sobre os representantes de quadra, Geralda conclui: “Então nós passávamos aos representantes de quadra e eles se encarregavam de repassar a informação, então isso garantiu com que ninguém pegasse nós de surpresa”. Neste relato, a expressão “pegar de surpresa” possivelmente está associada a uma certa proteção, isto é, uma espécie de garantia de que a informação que se propuseram a passar, iria de fato ocorrer de forma efetiva.

Mais à frente nessa conversa, Maria faz uma intervenção: “e se a gente fizesse uma reunião com 100 pessoas, todo o setor estava representado, porque cada representante, se fosse um representante, a quadra inteira estava representada, então a melhor tática foi essa”. Isto é, Maria enfatiza a importância da representação por quadras, pois na prática garantiria a comunicação de todos os espaços e consequentemente atingiria mais pessoas. Como conclusão, Geralda, ao manusear algumas fotos, jornais e documentos que ela depositou sobre a mesa de sua casa, comenta: “Aqui nós temos muitas fotografias... Nós fizemos dois congressos de representantes de quadra, então nós temos aqui guardado”. Edmar complementa: “Eu tenho uma fotografia dessa primeira assembleia em casa! Nós fazíamos... então todos falavam...”.

Ainda em relação à representação por quadras, à distribuição dos jornais e à organização da distribuição dos mesmos, dentre outras questões, segue um trecho do diálogo²³ com Maria:

Lucius: Gostaria que você falasse mais sobre como ocorria o relato, dos representantes de quadra, depois da entrega dos boletins, eles faziam uma reunião?

Maria: Na verdade os representantes de quadra eles tinham uma função de organizar a quadra, para levar o resultado da opinião da quadra para a reunião geral, porque a gente fazia uma reunião geral com todos os representantes periodicamente, aí o que acontecia, os representantes, quando a gente por exemplo, escrevia um boletim, ou um jornalzinho, alguma notícia que tinha que ser divulgada, os representantes tinham essa

função, de fazer isso em suas quadras, como cada quadra, tinha 4 representantes, eles iam de casa em casa distribuir e se houvesse necessidade, ele reuniam a quadra, discutia ali o que fosse possível, pegava as opiniões e o representante levava para a reunião geral. Por isso que tudo que a gente fazia, a gente conseguia atingir todo o bairro, dessa forma. Se a gente fazia uma assembleia por exemplo que tinha 100 pessoas, nós conseguíamos atender a presença, 1.500, 2.000 pessoas, até 3.000, todos os moradores do bairro, porque ali naquelas 100 pessoas estavam representadas todas as pessoas do bairro.²⁴

É importante notar que, para além da distribuição dos *Comunicados* e *Boletins*, os representantes tinham a função de recolher as opiniões das quadras. Além do mais, tinham a função de levar as opiniões de suas quadras para a reunião geral. Interessante ressaltar que havia toda uma dinâmica de comunicação de base que ia desde o interesse individual de cada morador, até a sua manifestação coletiva, expressada na construção dos jornais. Tal processo se dava em diferentes funções. Como na distribuição, discussão, e reuniões maiores, que dentre outras coisas, deliberavam uma representação mais efetiva de toda a população moradora. Outro destaque importante diz respeito aos detalhes do cotidiano dos representantes de quadra: entregavam os jornais e eventualmente conversavam com os moradores da quadra sobre os conteúdos dos jornais, provavelmente sobre as últimas demandas de sua edição e as etapas políticas cotidianas que estavam vivenciando em busca do objetivo da consolidação do direito à moradia.

Lucius: Eu não sabia dessa reunião geral. Então ela ocorria na casa de reunião mesmo?

Maria: Ou não né, era feita num espaço onde coubesse, geralmente era feita na casa de reunião, inclusive tem fotos que mostra as reuniões de representante de quadra, era tipo esses seminários que tem hoje, era um dia inteiro de reunião, a gente fazia almoço, aí tinha música, não era só conversa, a gente cantava, brincava, e fazia grupo de discussões, dividia por quadra, ou por assunto, dependia muito do momento né, e então essas assembleias de representantes de quadra, elas eram realizadas periodicamente, eu não me lembro se era de 3 em 3 meses, mas eu acho que era, e se houvesse necessidade a gente fazia as reuniões extraordinárias.²⁵

Percebe-se que se não coubesse na casa de reunião, ela poderia se dar em outro lugar, sem muitos problemas. Outra questão interessante diz respeito às evidências sobre as etapas que circulavam em torno da reunião geral: almoço, música, brincadeiras, grupos de discussões, ou seja, uma vida cotidiana cheia de elementos

que correspondem a momentos que misturam aspectos da cotidianidade privada e pública. Tudo muito similar à problematização de Martins sobre a questão do território do privado entre nós estar capturado pelo público no Brasil. Em sua reflexão problematiza à aplicabilidade das noções “consolidadas” de vida privada e vida cotidiana na sociedade brasileira. Pois, para o mesmo, transplantar essas preocupações para uma sociedade periférica, de origem colonial, cria grandes dificuldades. Em uma reflexão se pergunta: como aplicar em relação à sociedade brasileira do passado, que não era uma sociedade inserida no centro dos acontecimentos históricos, as concepções de vida privada e vida cotidiana, “expressões de mudanças inovadoras no modo de vida, próprias das sociedades europeias dominantes?” (MARTINS, 2008, p. 90-91). A pergunta se justifica nos pressupostos que levaram a pensá-la:

[...] não estou expressando aqui nenhum nacionalismo extemporâneo. Mas, entendo que uma discussão como essa, em grande parte postiza, no mínimo sugere implicitamente uma indagação consistente sobre nossas peculiaridades sociais no período correspondente (MARTINS, 2008, p. 85).

Insiste ser necessário que, no caso do Brasil, se investigue as transformações peculiares e próprias de nossa sociedade que, no âmbito restrito de nossa realidade histórica, possivelmente anunciou e definiu, em diferentes momentos históricos, um novo modo de vida. Ao mesmo tempo, é necessário perguntar sobre os fatores e causas da nossa indiferença histórica “ou, no mínimo, da nossa tardia absorção das inovações sociais gestadas e difundidas a partir das sociedades metropolitanas, como é o caso da vida privada enquanto modo de vida (e o é também a cotidianidade)”.

Em um exemplo sobre o que tange a noção de vida privada, Martins cita um costume marcante no Brasil que se difere das práticas europeias: a cultura de negociação para compra de perdão em casos de crime de sangue, considerando que o sangue e os vínculos de sangue eram interpretados como sendo privados, sobretudo como posse da família. De acordo com o mesmo autor, essa sociabilidade permanece até os dias atuais em diferentes regiões do país. Conflitos desse tipo são chamadas de lutas de família e se desenvolvem numa recorrente sequência de vinganças, ou seja, “o justicamento privado se sobrepondo à justiça pública”. De fato, é uma “concepção completamente distinta do privado e do sujeito privado, que é a família e não o indivíduo, muito longe, portanto, das análises que os historiadores europeus têm desenvolvido a respeito da história da vida privada”. Outro

exemplo que o mesmo autor levanta é de sua experiência como morador da Inglaterra, país que considera um típico lugar de vida privada. Diz não ser estranho observar em espaços públicos pequenas placas que apontam a cada momento as diferenças dos espaços públicos e privados: “aviso do homem privado ao homem cotidiano informando que ao passante cotidiano é vedado o território do privado”. Ou seja, “o cotidiano está na rua e não fundamentalmente na casa”. Pontua ainda que a diferenciação entre público e privado está na memória de cada cidadão (MARTINS, 2008, p. 85-92).

[...] em primeiro lugar porque há ali o cidadão, o sujeito que personifica o privado contra as pretensões e voracidades do público e do estado. Em segundo lugar porque para ser personificação do privado, o cidadão deve ser depositário da memória do conflito em que se gestou sua privacidade, memória do conflito orientado para privá-lo dos privilégios do direito costumeiro, origem de sua busca de vida privada (MARTINS, 2008, p. 92).

Martins insiste que não temos as sociabilidades da Europa no Brasil. Pois, em nosso país o cidadão se apresenta como uma ficção do estado. Ao mesmo tempo, é uma ficção do político, pois reiteradamente

[...] conspira para fazer do “cidadão” um cliente de seu populismo e de seu clientelismo, construindo assim um território que é o território em que não se distinguem o público e o privado. Por isso também, fica difícil pensar entre nós uma vida cotidiana (MARTINS, 2008, p. 92).

Nos dois casos, uma metodologia atenta a uma etnografia da consciência ingênua e das características mais sólidas da cultura popular nos evidenciaria uma considerável coleção de valores e costumes totalmente opostos em relação ao privado e ao cotidiano. O território do privado

[...] é entre nós um território capturado pelo público, também a vida cotidiana é mero conjunto de fragmentos do que seria propriamente a vida cotidiana, fluindo invasivamente entre “mundos” não cotidianos, demarcados por estilos cognitivos próprios e não cotidianos, como o sonho, a fantasia, a religião, a credence, o jogo, o carnaval (MARTINS, 2008, p. 93).

Nossa rotina é realizada de sobressaltos, da alternância do cotidiano e não cotidiano, ao mesmo tempo ao mágico e ao religioso. É um cotidiano não constituído completamente que se evidencia, sobretudo, na realidade vivida pela sugestiva maioria da população. Com base nessas particularidades, Martins se pergunta: “como,

26

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

27

Mary Burns foi uma irlandesa analfabeta, operária da fábrica têxtil Ermen e Engels, em Manchester, Inglaterra. Fábrica em que a família de Friedrich Engels era sócia e da qual o próprio Engels era diretor. Como é sabido, Engels foi o parceiro intelectual de Karl Marx, ambos considerados pais fundadores do socialismo científico. Engels tornou-se amante de sua operária, algo que os socialistas sempre criticaram nele e do que sempre se envergonharam. Era esse um modo dos patrões não só explorarem economicamente seus trabalhadores, mas de os explorarem moralmente através do desfrute sexual de suas filhas. Acabaram vivendo juntos (MARTINS, 2014, p. 59). Para mais detalhes ver: MARTINS, José de Souza. Uma sociologia da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

28

(MARTINS, 2014, p. 59).

29

Cf. COELHO, Adolfo. *Obra etnográfica*. Org. e prefácio de João Leal. Publicações Dom Quixote. Lisboa: 1993.

30

Centro Educacional Paulo Freire - Sobem - Avenida Comercial, Qd. 117 L. 03/04, Jardim Nova Esperança, Goiânia - GO, CEP: 74450-070.

31

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

então buscar investigativamente o privado e o cotidiano na história da sociedade brasileira, sem dialogar com a sociologia e, sobretudo, sem dialogar com a etnografia das crenças e costumes do povo?” (MARTINS, 2008, p. 93). Em resposta, chama atenção para uma perspectiva que não só é importante para a presente pesquisa, mas sobretudo faz parte de seu desafio na área de história, pois:

[...] uma historiografia limitada a documentos escritos numa sociedade de iletrados encontra-se ela mesma num impasse, impasse que torna ilícita a tentativa de afrancesar a nossa perspectiva histórica, expressão aliás de nossa alienação intelectual e de nossa desmemória. (MARTINS, 2008, p. 93).

Voltando a entrevista, em relação as reuniões extraordinárias, pergunto:

Lucius: E tinha essa ainda?

Maria: Tinha, porque, na verdade, a extraordinária era aquela, que precisou, a gente precisava de atingir todo o setor, convocava uma reunião com os representantes.

Lucius: Ela tinha mais importância então?

Maria: Ela era o eixo né, ela era na verdade o eixo que movia, porque sem estes representantes a gente jamais conseguiria atingir todo o setor né?

Importante o destaque na fala de Maria sobre as reuniões extraordinárias. Tal dado esboça claramente uma organização complexa por parte dos moradores em relação a suas vidas cotidianas associadas às demandas políticas a serem construídas e realizadas. Essas reuniões, pelo que tudo indica, eram as maiores e tinham o pressuposto de alcançar o maior número possível de pessoas da ocupação. Ainda sobre os detalhes referentes aos relatos dos jornais pelos representantes de quadra, foi perguntado a Maria se havia pessoas não alfabetizadas que faziam o trabalho:

Lucius: Existia um grupo que relatava os boletins que não sabia ler, por exemplo?

Maria: Tinha, no setor existia muitas pessoas que não sabiam ler e escrever, e que eram representantes de quadra, inclusive.²⁶

Ao final da frase, quando disse “e que eram representantes de quadra, inclusive”, Maria se expressou de maneira consideravelmente enfática, em uma clara resistência em relação a uma interpretação que suspeitasse da não efetividade desse trabalho executado por quem não soubesse ler e nem escrever. Sobre essa questão, vale a pena

uma reflexão em torno de um artigo de Martins que versa sobre o papel de Mary Burns²⁷ como principal articuladora na demonstração do que era de fato a classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX: “Foi ela quem, ao longo da vida, municiou Engels com os detalhes da mentalidade e do modo de vida dos operários locais, da miséria material e moral de sua vida cotidiana”²⁸. Também foi “ela, sem o saber, quem revelou a Engels o que era a carne da ossatura filosófica das teses e ideias dos jovens hegelianos de que era um deles” (MARTINS, 2014, p. 59). E ainda:

Ela quem o conduziu pelos cortiços de Manchester onde viviam miseravelmente os trabalhadores irlandeses e onde ele nunca conseguira entrar, dada a hostilidade dos trabalhadores aos patrões não irlandeses (MARTINS, 2014, p. 59).

Outra questão importante desse artigo e que vale como referência para o exemplo do papel desempenhado pelas pessoas que não sabiam ler nem escrever no trabalho de representação por quadras, é a interpretação de Martins sobre o cuidado de não interpretar a questão de Mary Burns ser analfabeta como um bloqueio. Pois,

[...] um diálogo com a antropologia, de que ambos estavam longe, teria mostrado tanto a Engels quanto a Marx que analfabetismo não quer dizer ignorância, como mostraria o Antropólogo português Adolfo Coelho, em 1910, num ensaio seminal²⁹ (MARTINS, 2014, p. 59).

Lucius: Alguém lia pra ela e ela repassava?

Maria: Exatamente né, lia e ela repassava, então, a participação nossa, era uma participação de luta mesmo, era uma participação de pessoas que estavam lutando pelos seus direitos, ali não havia discriminação de nada, de cor, de raça, de condições social, de nada, era uma participação... Nós tínhamos uma senhora no nosso grupo, ela faleceu logo depois do movimento, mas ela tinha uma participação ativa, a dona Maria Benta, que inclusive tem o nome dela hoje na Casa de Cultura.

Lucius: Qual Casa de Cultura?

Maria: Da Sobem³⁰, né, a Sobem era Casa de Cultura Maria Benta, então foi em homenagem a ela. Ela não sabia ler nem escrever, já estava bem de idade, ela era muito doente, ela estava com problemas cardíacos, e ela participava de igual para igual com a gente, ele ia, ela discutia, ela era representante de quadra, ela era liderança, além de ser representante da quadra dela, ela também fazia parte do nosso grupo de discussão com as lideranças, então a gente tinha várias pessoas ali que não sabiam lê nem escrever e que participavam.³¹

Importante notar que Maria enfatiza que a movimentação social da qual participou não tinha problemas com pessoas aparentemente “não preparadas” ou em fase de “politização”, como recorrentemente é comum em alguns movimentos sociais. Isto é, se houvesse unidade em torno da luta por moradia, era o quesito que bastava para a participação no movimento. Necessário destacar, ao mesmo tempo, que os moradores fizeram questão de homenagear a moradora Maria Benta, com seu nome na Casa de Cultura, por sua capacidade de superação e engajamento político, onde sua vontade extrapolou quaisquer tipos de obstáculos que eventualmente ela poderia ter. Ainda sobre alguns detalhes, pergunto:

Lucius: Olha só, e isso se resolvia rápido né, era só a pessoa pedir pra quem sabia ler, e ela na prática, fazia a ação, não era problema, né...

Maria: Não, não era problema...

Lucius: Tinha um grupo mais fixo, de representantes?

Maria: Existia um grupo, por exemplo, eu, Geralda, Robinho, Vera, João, Edmar, seu Pedro, Alonso, Valdemar, Dona Maria Benta (então, existia um grupo maior de lideranças, era esse grupo que fazia toda a movimentação) e aí os representantes de quadra, eles eram escolhidos por reunião também, era feita uma reunião na quadra (essa a gente participava) a gente ia na quadra, e reuniam todos os moradores da quadra e eles elegiam quatro pessoas para serem os representantes. Eram os próprios moradores que elegiam os seus representantes. Aí o contato nosso eram com esses quatro representantes.³²

Como dito acima, havia uma rotatividade dos representantes de quadra e eles eram escolhidos por votação em reuniões, nas quais quatro pessoas representavam uma quadra. Havia assembleias específicas com os representantes e também congressos para eleger quem seriam os próximos representantes. Maria, nesse relato, também esboça comentário sobre o que ela chama de “grupo maior de lideranças”, que fazia parte de decisões mais rápidas e que provavelmente construíam de forma antecedente as pautas a serem discutidas nas reuniões políticas.

Lucius: Tinha um tempo específico para mudar os representantes?

Maria: Não, não, mudava se sentissem necessidades de mudar, eles mesmos, tomavam esta decisão, mas a primeira, a gente tava lá participando.³³

Voltando a uma pergunta sobre o processo de produção dos jornais e suas características técnicas, pergunto:

Lucius: Havia editoria?

Maria: Editoria... Não, era informal. No começo, como era uma coisa bem nossa, bem interna, às vezes os primeiros eram ocultos né, a gente fazia era manualmente mesmo, era com stencil, aquele de rodar folha por folha mesmo, depois a gente conseguiu uma ajuda do Espar³⁴, aí era o mimeógrafo, mas era mais rápido, geralmente era a Geralda que era encarregada de rodar os Boletins, por que a Geralda tinha vindo do Espar, ligada a Diocese de Goiânia, a Vera também, e até a gente ia também, ficava a noite inteira lá, rodando os Boletins, (risos).³⁵

Percebe-se nesse relato a preocupação dos moradores em atuar com o jornal de forma oculta dentro da ocupação. A preocupação, como já comentado a partir de outros relatos, poderia ser de represálias por parte do poder público, ou até mesmo de grupos menores que estavam na ocupação e que possivelmente não teriam afinidade com as ideias e com a produção dos jornais. Importante também perceber o desenvolvimento de produção, que saiu de uma situação artesanal mais elementar, formada por stencil, régua, dentre outros, para a produção com o mimeógrafo, que acelerou de forma qualitativa e quantitativa a construção dos jornais. Outro dado importante é a ajuda da “Espar”, instituição ligada à Diocese de Goiânia, da qual Geralda já havia participado e que apareceu como colaboradora no processo.

Voltando ao tema da entrega dos comunicados e boletins na figura dos representantes de quadra, Edmar faz pontuações sobre os detalhes rememorados com o passar do tempo da entrevista:

E era uma forma muito eficiente também porque, você passava o boletim para o representante de quadra, a informação ela chegava muito rápido né, porque se tinha responsabilidade só pela sua quadra a cobertura se dava um dia pro outro assim... É, às vezes de momento, então assim, todo o setor recebia uma informação. Ah, tem uma reunião na casa de reunião amanhã tal hora, assim, assim, assim... Rapidamente todo mundo já ficava sabendo... Aí quando se ia na reunião, todo mundo já tava chegando naquele horário, já... E aí era 200, 300 pessoas numa vez. As assembleias elas eram demoradas, porque era muita gente participando.

Fica evidente que a estratégia da representação por quadras foi feita e interpretada pelos moradores

32

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

33

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

34

Espar é um órgão da Diocese de Goiânia.

35

RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

36
RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

37
Faleceu em junho de 1996. Era professor de Filosofia e era conhecido como “Valdi Black”. “Militante do movimento popular com participação ativa na política e uma das lideranças do bairro, foi um dos seminaristas que, no início da ocupação, com a finalidade de dar apoio aos posseiros, viera para o Jardim Nova Esperança, onde concluiu com dificuldade sua formação acadêmica e ali residiu até sua morte. Através de concurso, se tornou professor de filosofia da UCG (Universidade Católica de Goiás)” (RODRIGUES, 2013, p.152-153).

38
RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

39
RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018.

da época como uma atuação bem-sucedida e eficiente, pois, como chamam atenção, obtinha-se um resultado ágil com as técnicas de comunicação. Outro fator a ser analisado sobre as questões técnicas disponíveis nos periódicos que foram atuantes com os moradores refere-se à autoria dos textos dos comunicados e boletins. Em uma parte da entrevista, Maria lembra que um dos detalhes do processo era o fato de que os participantes do jornal não assinavam seus textos:

E assim, aí a gente escrevia e não tinha, não colocava nome de quem escreveu, esse foi, quer dizer, hoje a gente considera que foi um erro, mas na época era uma proteção, né, pra gente, não podia saber quem estava escrevendo, porque eram considerados os agitadores, né...³⁶

Interessante notar que a atitude de não assinar os jornais significava uma espécie de proteção, pois estar no anonimato significava não ter problemas cotidianos com os efeitos do que se pensava e como se intencionava agir. É possível que essa descrição tenha razão pelo fato de se relacionar com o contexto ditatorial que, entre várias supressões de direitos, tinha práticas de perseguição a “agitadores”, ou seja, a quem, de uma forma ou de outra, chacoalhava as normatizações autoritárias do governo. Ao mesmo tempo, alguns boletins, possivelmente os mais adiantados após o processo de consolidação da ocupação urbana, possuíam assinaturas dos moradores. É possível constatar este fato com um relato de Edmar quando identifica uma edição aleatória sobre a mesa:

Edmar: Aqui nesse boletim de 1990, mês 10, tem um do Waldir Gomes aqui, um texto da Maria Dina e um texto da Maria de Jesus.

Geralda: Você falou para ele da nossa rádio? Nós tínhamos também a rádio (risos).

Nesse trecho, além da evidência da ação da assinatura autoral, que essa edição possuía, aparecem novos personagens que fazem parte do trabalho com os jornais, como Valdi Gomes³⁷ e Maria Dina. Em outro momento, Geralda, olhando as fotos, de forma reflexiva, chama atenção:

Então todos falavam... tinha unidade a palavra...todo mundo falava a mesma coisa, então, mesmo o pessoal especialista em movimentos populares da época não é, que tava iniciando essa questão de associação de moradores, tava começando essa... E aí eles ficavam pasmos de ver que tudo ali engrenava.³⁸

Nesse relato, Geralda expressa memória peculiar e positiva do passado vivido, a expressão de “tinha unidade a palavra” parece significar um orgulho da conjuntura de seu movimento naquele período. Mas, não só, pois, ao mesmo tempo, existe um pressuposto de categorização temporal em sua lembrança, vinculada a uma comparação com outros tempos, possivelmente de sua conjuntura política experienciada de 1979 até os dias dessa pesquisa, ano de 2018. Ter unidade, não parece em outro caso ser algo fácil de se alcançar, a qualquer momento, em qualquer experiência, em qualquer tempo, não dessa forma como o “nosso” movimento conseguiu. Ou seja, existe uma valorização em seu relato de que havia uma excepcionalidade naquele momento histórico e no que experienciaram na ocupação urbana. Geralda complementa com uma rápida intervenção de Maria:

Maria: Falava a mesma língua né?

Geralda: As engrenagens ali todas, falavam a mesma linguagem, então o boletim enquanto informação e o comunicado ele, foi assim, de muita importância, pra poder garantir a unidade, e garantir também a nossa organização. Organização a ponto de ser respeitado pelo Estado, pelo poder público, então...³⁹

Nota-se que Maria e Geralda reiteram a questão da linguagem e das decisões terem unidade, associando-as à importância da criação dos boletins. Ao mesmo tempo, vale destacar também o processo de organização que o movimento obteve em razão dessas decisões. O que pareceu na fala de Geralda nada irrelevante, uma vez que houve por parte da opinião pública o respeito pela atuação da organização, que foi identificada pelo Estado e poder público em geral como de caráter notável.

CONCLUSÃO

Como conclusão, é importante perceber em um primeiro momento que só foi possível problematizar e descobrir a sociabilidade e a história do surgimento da mídia comunitária desta autoconstrução estudada graças à *colaboração* mútua dos moradores em relação a evidenciação de seus rastros deixados no passado. Além do mais, foi a partir do trabalho da *co-teorização*, ou seja, da evidenciação, problematização e valorização dos saberes dos moradores(a) que foi possível construir algumas nuances da vida cotidiana dos mesmos.

Ademais, foi na valorização e ressignificação contínua do *trabalho de campo*, ao invés de uma simples análise da escritura das entrevistas que foi possível obter uma dimensão mais complexa dos detalhes cotidianos da construção da mídia

comunitária desta ocupação urbana. Deduz-se que a construção desta mídia por parte dos moradores foi fundamental para a consolidação de suas estratégias em autoconstruir seus espaços de moradia.

Por fim, conclui-se que foi na vida cotidiana que estes sujeitos vivenciaram e construíram um complexo movimento social em busca da construção de suas moradias. Sobretudo, porque construíram a possibilidade do possível, que se manifesta de forma consciente na vida cotidiana. Na construção artesanal de jornais, nas representações por quadras, nas reuniões comunitárias, nos exemplos de lutas sociais de outros estados, nos momentos de lazer, dentre outros inúmeros acontecimentos cotidianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUSSEL, Henrique. *Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade*. In: SANTOS, Boaventura de S. MENESES M. P.(orgs). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. P.341-395.
- MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.
- MARICATO, Ermínia. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *Uma Sociologia da Vida Cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo. Editora Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social* (Rev. Sociol.). USP, São Paulo, 10(1): p. 1-8, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do Poder*. São Paulo. Editora Contexto, 2016.
- MARTINS, José de Souza. Apontamentos sobre vida cotidiana e história (A propósito de um texto de Ronaldo Vainfas sobre “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”). Em: MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, p. 83-96, 2008.
- MIGNOLO, D. Walter. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*- Rio de Janeiro: Vol.32 N° 94, 2017. Tradução: Marco Oliveira.
- PERUZZO, C. M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. *Anais do Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo Horizonte, p. 1-30, 2003.
- RAPPAPORT, Joanne *Más Allá De La Escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración*. Revista colombiana de antropología, v. 43, p.198-225, enero-diciembre, 2007.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da; OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. História urbana: labirinto e fronteira - parte II. *Princípios (São Paulo)*, v. 98, p. 75-79, 2008.
- WALSH, Catherine. *Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos*, Querétaro, México: En cortito que's pa' largo, 2014.

